

CRÍTICA DA COMPLEXIDADE CAPITALISTA¹

István Mészáros

No século XX, poucas pessoas denunciaram o "mercado auto-regulador" com maior paixão do que Karl Polányi. Em uma passagem eloquente de seu livro *A grande transformação*, ele argumentou:

"Certamente, permitir que o mecanismo de mercado seja o único diretor do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, de fato até mesmo do volume e do uso do seu poder aquisitivo, resultaria na demolição da sociedade. A mercadoria chamada "força de trabalho" não pode ser jogada de um lado para outro, não pode ser usada indiscriminadamente, nem mesmo deixada sem uso, sem também afetar o indivíduo humano que vem a ser o portador dessa mercadoria particular. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema dispõe também da entidade física, psicológica e moral do "homem" fixado àquele rótulo. Roubado da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos pereceriam sobre os efeitos da exposição social: morreriam como vítimas do agudo deslocamento social por meio de vício, perversão, crime e fome Nenhuma sociedade poderia resistir aos efeitos de um tal sistema ... a menos que sua substância natural e humana ... fossem protegidas contra as devastações deste moinho satânico?"

Contudo, como se nada houvesse acontecido no último século e meio na forma pela qual prevalece na sociedade o domínio do capital, os apologistas do capital continuam a criar mitos e a idealizar condições inexistentes de intercâmbios individuais espontâneos dentro da estrutura de mercado. Hayek, por exemplo, usa a pretensa objetividade do "mecanismo de preço" e do "mecanismo de mercado" com a finalidade cínica de racionalização e justificação pseudomoral da ordem reprodutiva profundamente iníqua do capital. Ele escreve o seguinte:

"Você tem que permitir que preços sejam determinados de modo a dizer às pessoas onde elas podem dar a melhor contribuição ao resto da sociedade ... Portanto, para permitir-lhes que se adaptem a uma estrutura que não conhecem (e cujos determinantes não conhecem), temos que permitir que os mecanismos espontâneos de mercado lhes informem o que deveriam fazer... Nossa acepção moderna é que os preços são os sinais que informam às pessoas o que deveriam fazer para se ajustar ao resto do sistema²".

No discurso de Hayek, a única coisa que importa é afirmar e reafirmar constantemente que as pessoas precisam - incontestavelmente - submeter-se aos imperativos da ordem estrutural existente, ainda que admita que os princípios advogados por ele "nunca tenham sido racionalmente justificados". A finalidade apologética de todo o exercício se revela quanto ele repete continuamente que as pessoas devem estar "*dispostas a se submeter à disciplina constituída pela moral comercial*", sem nos revelar o segredo que faz com que a "moral comercial" da impiedosa dominação do capital sobre a imensa maioria da humanidade - que o próprio Hayek subscreve, apesar de reconhecer que é oposta a qualquer princípio de justiça - mereça o nome de "moral".

... Hayek insiste em se referir ao tamanho da população mundial como a "prova" supostamente "irrefutável" do caráter insubstituível do mercado capitalista. Todavia, todo seu argumento repousa num duplo absurdo: 1) o de que o sistema do capital, cegamente auto-expansivo e perdidário, pode oferecer e, de fato, garantir indefinidamente o sustento da população crescente do mundo (a certeza fatal é que não pode fazê-lo hoje, muito menos amanhã); e 2) o de que o desígnio humano consciente é por definição incapaz de regular o "mecanismo espontâneo" do processo do metabolismo social..

¹ Excerto de Para Além do Capital, capítulo 20, István Mészáros. Título nosso.

² Karl Polányi, The Great Transformation, Boston: Beacon Press, 1957, p. 73.

³ Hayek, F., The Moral Imperative of the Market, in Martin 1. Anderson (ed.), *The unfinished agenda*, p. 146-147.

Outro modo de jogar o coringa da "complexidade" é provocar nas pessoas o medo de que qualquer tentativa de substituir o mercado pelo planejamento socialista há de terminar - por definição, devido ao decreto dos que não querem ver qualquer alternativa ao mercado - num sistema autoritário de fantástica complexidade burocrática, e no generoso esquecimento simultâneo do caos combinado com a complexidade burocrática da ordem [capitalista] estabelecida. Nesse sentido somos informados do seguinte:

"A 'nova esquerda' [que significa, no vocabulário do autor', tanto os críticos socialistas radicais do mercado capitalista como os do sistema soviético} ao atacar o mercado, logicamente se coloca na posição de advogar a substituição, em questões microeconômicas, da mão oculta pela visível. Eles ainda não deram nenhuma resposta ao contra-ataque bastante óbvio; a mão visível só pode operar na forma de uma máquina administrativa altamente complexa, que tem de gerar seguramente a maioria das distorções burocráticas e centralizadoras da experiência soviética. Quem mais senão o centro, em uma sociedade industrial moderna, poderia decidir entre fins, meios e usos alternativos se não existisse algum mecanismo de mercado e preço? A resposta habitual é denunciar a União Soviética como não-socialista. e afirmar as virtudes da democracia e do controle dos trabalhadores. A auto-administração dos trabalhadores a la Iugoslávia, porém, só é concebível em um ambiente de mercado. Sem um mercado o comitê eleito teria que receber instruções dos planejadores centrais, os quais terão sozinhos a informação necessária sobre os fins e os meios. "

Como sempre, somos apresentados a suposições arbitrárias, feitas com a finalidade de deduzir as conclusões circulares desejadas. Primeiro, que a "mão visível" pode operar apenas "na forma de uma máquina administrativa altamente complexa" e que, portanto, sua operação está destinada a ser inevitavelmente "burocrática e centralizadora". Segundo, que o controle e a auto-administração dos trabalhadores só pode ser concebido "*a la Iugoslávia*", ignorando a natureza decapitada e a bem conhecida restrição autoritária das formas iugoslavas de "auto-administração", ainda que estes defeitos tenham sido repetidamente apontados pelos críticos radicais do sistema. E, terceiro, que a auto-administração dos trabalhadores é "apenas concebível num ambiente" de mercado, porque as informações exigidas para sua operação ou são oferecidas pelo mecanismo de mercado e preço ou devem ser ditadas pelos planejadores centrais. Naturalmente, de tais suposições arbitrárias, mas altamente tendenciosas, pode-se deduzir a conclusão, com circularidade triunfante, de que não pode haver alternativa ao mercado "em uma sociedade industrial moderna". Mas deveria a ameaça apologética e falaciosa da "absolutamente inevitável complexidade burocrática" distrair a atenção sobre o caráter incontrolável e fatal realmente existente do sistema do capital, com todas as suas implicações assustadoras prontas para acontecer amanhã, para não falar do futuro distante? Quem poderia ser persuadido, pela "conclusões" pré-fabricadas do autor citado? Só aqueles que, como ele, admitem como real o caráter insubstituível do mercado capitalista.

Importante é ter em mente que a verdadeira questão não é a complexidade em si, esteja esse argumento relacionado com a complexidade inflada de modo interessado ou com a complexidade real, mas se as tendências socioeconômicas de desenvolvimento descritas como complexas são ou não *controláveis*. Não existe o que se poderia descrever como uma "sociedade industrial moderna" simples, nem poderá jamais existir. Em qualquer sociedade, o tipo e o grau de complexidade das práticas produtivas e distributivas são determinadas pelo modo histórico e socialmente específico de controlar seu intercâmbio metabólico com a natureza e entre os próprios indivíduos, dependendo também da natureza das unidades maiores sob as quais os indivíduos particulares são subsumidos sem cerimônia ou agrupados de forma potencialmente livre.

Como sabemos a partir de estudos sérios de antropologia social, a noção de que sociedades primitivas de tipo comunal são "simples" porque regulam os seus intercâmbios metabólicos e sociais com base em um grau muito alto de solidariedade entre os membros nada mais é do que uma representação falsa, paternalista e a-histórica. Tal noção surge da necessidade de projetar como ideais as características da ordem reprodutiva do

⁴ Alec Nove, Efficiency Criteria for Nationalized Industries, Londres: George Allen & Unwin, 1973, p. 140.

capital, e de proclamar como "primitivamente simples" tudo aquilo que não se conforme com esta medida a-historicamente proclamada.

[Conforme Hayek, a grande sociedade não pode se basear na solidariedade]. Ora, sabemos bem pela experiência histórica tão recente da Segunda Guerra Mundial que, em determinadas circunstâncias, não só *milhões*, mas *centenas de milhões* de indivíduos são capazes de agir solidariamente uns com os outros. Portanto, se sob a ameaça de um inimigo, tal como a Alemanha nazista de Hitler, a busca racional de um objetivo comum, que requer solidariedade e sacrifício pessoal para a realização do propósito compartilhado, é possível. Por que, então, a solidariedade seria "inconcebível" quando as questões em jogo são ainda maiores, pressagiando a destruição total da humanidade se o sistema do capital não for posto sob controle duradouro pela vontade humana racional e pela solidariedade correspondente? Só porque assim o decretou o interesse cegamente autocomplacente dos apologistas do capital. Mas, para tomar um exemplo ainda mais recente, a solidariedade dos mineiros britânicos - positivamente demonstrada na sua greve que durou um ano entre 1984-85 - foi, por fim, derrotada não pela "complexidade de uma grande sociedade industrial". Pelo contrário, só foi subjugada pelo poder econômico plenamente mobilizado e pela força repressiva do Estado capitalista, cruelmente aplicada pelos defensores da ordem governante conscientes de sua própria classe contra o "inimigo interno", nas palavras reveladoras de Margaret Thatcher.

Naturalmente, é inconcebível remover toda a complexidade de um modo de controle do metabolismo social que tudo abrange. Porém não haveria razão para faze-lo se o sujeito social que realiza as funções vitais da reprodução societária pudesse controlar positivamente os processos produtivos e distributivos dos quais dependem do desenvolvimento e a auto-realização dos indivíduos da sociedade em questão.

No que se refere ao projeto socialista, é importante submeter a "complexidade inalterável" da ordem metabólica do capital a uma crítica radical, pois isto ajuda a remover o caráter incontrolável do sistema, com suas óbvias implicações destrutivas. A este respeito, as determinações fundamentais - historicamente criadas e específicas do sistema - que podem ser perseguidas prometem mudanças de longo alcance sob um modo socialista de controle do metabolismo social. Elas exigem:

Superar a relação *antagônica/conflictante* na qual se executa o processo de trabalho sob a dominação estrutural hierárquica do trabalho pelo capital em todas as suas formas conhecidas e possíveis. Só desse modo é possível remover as - perdulárias, complexas e burocráticas - instituições e funções de controle (incluindo, em última análise, o Estado como a estrutura de comando totalizante do capital), sem as quais esse modo de controle inerente ao metabolismo social não poderia sobreviver. A nada "inalterável complexidade" aqui referida não resulta das funções reprodutivas *primárias* essenciais da sociedade em si. Pelo contrário, é gerada pelas perversas mediações de segunda ordem da ordem estabelecida, isto é, pela própria necessidade de autopreservação do capital e de comando estruturalmente imposto sobre o trabalho.

Desde que o controle da produção e da distribuição esteja alienado do trabalho, o exercício separado de controle deve ser protegido pela *expropriação do conhecimento* exigido para as funções reprodutivas societárias. Ao mesmo tempo, devem ser também criadas garantias institucionais pelas quais se pode impor o controle alienado do processo de trabalho como um todo - incluindo sua dimensão que envolve conhecimento privilegiado -, até mesmo, se necessário, pela força das armas. Inevitavelmente, tanto a expropriação e o desenvolvimento e a aplicação em separado do conhecimento como exercício bem-sucedido do controle alienado das funções produtivas e distributivas da sociedade necessitam da imposição de *camadas múltiplas de complexidade* que não podem ser removidas sem *prejuízo da sociedade* como *intensificam positivamente* seu potencial de desenvolvimento. Isto é absolutamente possível, contanto que a determinação antagônica/conflictante do processo de trabalho e a inevitável recalcitrância do trabalho sejam superadas, removendo o pesadelo das camadas de complexidade inseparáveis de um sistema que não pode funcionar sem impor seu comando separado sobre o trabalho, mesmo que isto signifique viciar todos os aspectos do metabolismo social, dos microcosmos produtivos e distributivos até as estruturas reprodutivas societárias mais abrangentes.

A transcendência do fetichismo da mercadoria - necessariamente herdado do passado por todas as sociedades pós-capitalista - é inconcebível sem que progressivamente se supere a determinação conflitante de trabalho. Na sociedade capitalista, o controle antagônico/conflitante do metabolismo social é inseparável do fetichismo da mercadoria - o alienado e mistificador "poder das coisas" - que impõe os imperativos materiais da ordem orientada-para-a-expansão do capital sobre *todos* os membros da sociedade, incluindo as personificações do capital. Assim, o que está realmente em jogo não é apenas a "complexidade", que poderia ser suscetível, em princípio, de controle racional, mesmo quando seja de um grau muito elevado; mas o *tipo* de complexidade que *exclui a possibilidade de controle* - se controle significar interferência - ainda que mínima sobre os parâmetros estruturais e os cegos imperativos materiais expansionistas do sistema do capital.

A idealização apologética do "mudar pouco a pouco" (defendida por Popper, Hayek e outros) compartilham os mesmos interesses travestidos) indica o caráter intocável do molde estrutural fetichista como um todo, e a legitimação apenas daquelas medidas de "melhorias" que se conformam à lógica perversa dos ditames materiais incontroláveis. Contudo, o ataque da ordem pós-capitalista ao fetichismo da mercadoria - para tomar as funções societárias produtivas e distributivas da sociedade *transparentes* e racionalmente modificáveis - está destinado a falhar a menos que seja complementado conscientemente por medidas que previnam o aparecimento de um tipo novo de personificação do capital, encarregada da extração politicamente regulada do trabalho excedente. A continuação, pois, de um comando separado sobre o trabalho, mesmo que assuma uma forma muito diferente de sua variedade capitalista, reproduz a determinação antagônica e conflitante das funções inerentes ao metabolismo social, tal como são executadas.

E, uma vez que prevaleça o comando antagônico sobre o trabalho - seja para a extração econômica, seja para a extração politicamente regulada do trabalho excedente -, ele se fará acompanhar da necessidade de camadas múltiplas de complexidade perdulária. Dada a extração politicamente imposta do trabalho excedente na ordem pós-capitalista de tipo soviético, dificilmente será possível remover progressivamente o fetichismo da mercadoria herdado. Realmente, à luz da experiência estalinista, ficou bastante claro que, como o controle político direto do processo de trabalho pelas novas personificações encontra dificuldades importantes, e isso se observa desde a antecipação de Stalin da esperança vazia na solução do "socialismo de mercado" até sua consumação final com a peculiar restauração do capitalismo por Gorbachev e os seus sucessores. Nessa medida, até mesmo a necessidade de restabelecer o velho fetichismo da mercadoria reaparece ainda mais forte.

Assim, a chave para que ocorram mudanças significativas na complexidade da reprodução do metabolismo social é a superação radical da determinação antagônica/conflitante do processo de trabalho, tanto se tivermos em mente a extração de trabalho excedente primordialmente econômica do capitalismo como a forma politicamente dirigida do pós-capitalismo. Nenhum socialista poderia nem desejaria defender o estabelecimento de uma ordem, um metabolismo social, que não satisfizesse as necessidades dos indivíduos como resultado da abordagem simplista das tarefas e dificuldades encontradas. O teste a ser aplicado aqui é se a complexidade em questão está a serviço da necessidade humana genuina - ou contra ela. O que faz a complexidade do modo de reprodução do capital profundamente censurável é que difunde um pernicioso interesse, pois a premissa operacional fundamental do sistema do capital é sua própria reprodução em escala cada vez mais ampliada, a qualquer custo. Isto é o que toma necessária a imposição de uma *complexidade totalmente injustificável*, que surge da necessidade parasitária de o sistema do capital reter o controle sobre os indivíduos - "domínio alienante da riqueza sobre a sociedade" -, geralmente negligenciando e mesmo excluindo a necessidade humana mais elementar. E não há nada que se possa fazer sobre esta "complexidade" interesseira sem se ir para além do capital. Ou seja, se a necessidade da reprodução ampliada do sistema é considerada uma premissa operacional necessária e garantia de todas as práticas produtivas e distributivas e, portanto, a condição prévia inalterável pela qual devem ser julgadas a legitimidade e a viabilidade da necessidade humana, também terá que se aceitar a complexidade perniciosa pela qual se impõe a dominação estrutural hierárquica do capital sobre o trabalho.

Superando-se progressivamente a determinação antagônica e conflitante do processo de trabalho, podem ser feitas mudanças qualitativas que reduzam grandemente e, num prazo mais longo, eliminem completamente a complexidade escravizadora exigida pelas incontroláveis mediações de segunda ordem do capital, opostas à necessidade humana. É impossível divisar uma ordem reprodutiva socialista viável mantendo-se as formas existentes e as camadas de complexidades mistificadoras do sistema do capital. A idéia de que "a microeconomia" poderia e deveria ser, com segurança, entregue à fetichizada e desumanizadora tirania do mercado, regulando adequadamente, ao mesmo tempo, a "macroeconomia", sob o slogan de um "socialismo de mercado" fictício, é totalmente incoerente como concepção e totalmente desastrosa como política prática, seja "a la Iugoslávia" ou "a la Gorbachev" ou de qualquer outra forma. A aceitação de tais idéias absurdas e de seus corolários mais ou menos distantes, em nome da "complexidade inalterável", significa apenas a renúncia total à possibilidade de que os seres humanos possam, um dia, controlar o caráter incontrolável suicida do sistema do capital.

...O objetivo real da transformação socialista - que ultrapassa a negação do Estado e das personificações do capital - só pode ser o estabelecimento de uma ordem de metabolismo social alternativa e auto-sustentada. Uma ordem da qual o capital - com todos os seus corolários, inclusive o denominado "mecanismo de mercado" ... tenha sido irreversivelmente removido. E isso significa que a remoção não se dá apenas na forma da inevitável transcendência crítica, mas, muito mais importante, pela apropriação positiva e pela melhoria contínua das funções vitais do intercâmbio metabólico com a natureza e entre os membros da sociedade pelos próprios indivíduos que se autodeterminam.